

Rio Pará inicia a cobrança pelo uso da água

A partir do mês de abril, a cobrança pelo uso da água será implementada na Bacia Hidrográfica do Rio Pará. Os mecanismos e valores para a cobrança pelo uso de recursos hídricos foram aprovados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH), por meio da Deliberação Normativa (DN) 24/2013. A cobrança é um instrumento econômico de gestão das águas previsto nas Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos. O objetivo da arrecadação é reconhecer a água como um bem ecológico, social e econômico, dando ao usuário uma dimensão de seu valor real. Não se trata de taxa ou imposto, mas de um preço público que visa incentivar a utilização da água de forma mais racional. A cobrança também tem o intuito de arrecadar recursos para o financiamento de programas e intervenções previstos no Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, voltados para a melhoria da quantidade e da qualidade da água. Minas Gerais possui 36 Bacias Hidrográficas, com o início da cobrança no Rio Pará passam a ser 12 o número de bacias que fazem a arrecadação, outras estão em processo de implantação.

Prefeitura de BH lança plano de resíduos sólidos

A prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), lançou, no dia 30 de março de 2017, a versão final do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte (PMGIRS-BH). O trabalho de elaboração do Plano teve início em outubro de 2014, quando foram criados o Comitê Diretor e o Conselho Consultivo. Desde então, foram várias etapas, contemplando o diagnóstico dos resíduos sólidos, a identificação das possibilidades de gestão associada e o planejamento das ações do PMGIRS-BH, até se chegar à apresentação e divulgação de sua versão final. O PMGIRS-BH é um instrumento de planejamento estratégico, para um horizonte de 20 anos, que contempla diretrizes e ações para a gestão ambientalmente adequada e sustentável dos resíduos sólidos. O planejamento vai desde a geração até a disposição final dos resíduos sólidos municipais, observando aspectos técnicos, operacionais, econômicos, sociais, ambientais e de participação da população. Acesse o plano: www.abesmg.org.br



Desafios da carreira e mercado de trabalho foram temas de debate.

JPS reúne mais de 200 universitários no CEFET-MG

No dia 29 de março, o programa Jovens Profissionais do Saneamento (JPS) da ABES Seção Minas Gerais reuniu no CEFET-MG mais de 200 universitários em palestra sobre temas como carreira e situação do setor. Além de uma explanação do engenheiro José Nelson de Almeida Machado, da diretoria da ABESMG, sobre o panorama do saneamento e meio ambiente e o mercado de trabalho, integrantes do JPS falaram sobre suas trajetórias aos presentes. "Tivemos um público excelente. Além do CEFET, já fizemos esta ação na FUMEC e na UFMG e tem sido uma experiência excelente aqui Minas. Depois de ouvirem um profissional sênior, os alunos escutam os recém-formados do JPS-MG sobre sua realidade, que é o que estes estudantes irão encontrar logo que saírem da universidade", ressaltou André Horta, um dos coordenadores do JPS-MG. Para saber mais sobre o Programa JPS e faça contato com Ana Stela: anatakaesu@gmail.com

CBH Doce indica áreas a serem recuperadas

Conselheiros e convidados do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBHDoce) se reuniram em 24 de março, para o primeiro encontro do colegiado em 2017. O presidente da Fundação Renova, Roberto Waack, apresentou as ações desenvolvidas na Bacia, dentre elas, a recuperação de cinco mil nascentes, prevista para os próximos 10 anos. Serão 500 nascentes recuperadas a cada ano, por meio de uma parceria com o Instituto Terra e o CBHDoce. Com apoio do IBIO, a Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do CBH Doce indicou as áreas para recuperação. O documento que subsidiou a escolha considerou, dentre outros fatores, as áreas de vulnerabilidade das Unidades de Gestão de Recursos Hídricos (UGRHs). O presidente do CBHDoce, Leonardo Deptulski, também listou as ações da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água, que compõe o Comitê Interfederativo (CIF). Preocupados com o tratamento de esgotos da bacia, membros do CIF recomendaram que os recursos destinados a essas ações cheguem de fato aos municípios. Leia mais: www.abesmg.org.br